



AO
MINISTÉRIO DA CULTURA
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90004/2024
(Processo Administrativo nº 01400.019500/2023-70)

Data da sessão: 02/04/2024
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00
Link: www.comprasnet.gov.br
Critério de Julgamento: menor
(UASG 420001)

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assinatura de TV digital via fibra ótica, cabo ou satélite, com sinal em alta definição (HD), disponibilizando equipamentos em regime de comodato, incluindo serviços de instalação, distribuição, manutenção, realocação de pontos e disponibilização de sinais, de forma a atender à necessidade de acompanhamento dos canais de conteúdo jornalístico de interesse dos Ministérios da Cultura e do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

**REF.: DENÚNCIA DE IRREGULARIDADE NAS INFORMAÇÕES
CONSTANTES DO AVISO DE CONTRATAÇÃO, TERMO DE REFERÊNCIA E
PLATAFORMA COMPRAS. GOV E NO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA
EMPRESA PROTOGOV PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. -ME. - CNPJ :
23.090.165/0001-05,**

A empresa **COMERCIAL MARCTEL COMÉRCIO
E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO EIRELI**, com sede à Rua Nhamundá, 218 –
térreo - Vila Dalila – CEP: 03521-020 – São Paulo / SP., inscrita no CNPJ/MF sob
o nº 30.945.249/0001-30, Inscrição Estadual sob o nº 119.701.343.110 e CCM
nº 60190280, neste ato representada por seu representante legal Sr. **MÁRCIO
ANDERSON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº
25.863.612-9 SSP/SP. e do CPF/MF. nº 167.558.188-60, OAB/SP. nº 228.065,
residente e domiciliado à Rua Indaiá Grande, nº 35 – apto. 92 – Bl. B - Bairro
Fazenda Aricanduva - São Paulo/SP - CEP 08275-710., vem respeitosamente a

Rua Nhamundá, 218 – térreo - Vila Dalila – CEP: 03521-020 – São Paulo / SP.
Fone: (11) 3590 0990 – e-mail: licitacoes@comercialmarctel.com.br.



presença de Vossa Senhoria, com fundamento no Direito de Petição, previsto na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, XXXIV, alínea "a", apresentar a presente **DENÚNCIA DE IRREGULARIDADE NAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO AVISO DE CONTRATAÇÃO, TERMO DE REFERÊNCIA E PLATAFORMA COMPRAS. GOV E NO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO** da empresa **PRONTOGOV PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA – ME.,** inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 23.090.165/0001-05, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

PRELIMINARMENTE:

DO DIREITO DE PETIÇÃO:

Considerando que a modalidade de Dispensa Eletrônica, não admite fase recursal, faz-se necessário trazer ao conhecimento de Vossa Senhoria os fatos que a seguir passaremos à expor, com fundamento no Direito de Petição, previsto na Constituição Federal.

Nesse sentido é mister fundamentar nesta preliminar o dever de recebimento e de resposta às petições apresentadas nas repartições públicas.

O direito de petição, previsto no inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, garante aos cidadãos o direito de apresentar petições aos Poderes Públicos para apresentar solicitações em defesa de seus direitos, individuais ou coletivos, contra qualquer lesão ou ameaça de lesão, independentemente de serem titulares do direito ou terem interesse direto.

Toda petição fundamentada no direito de petição deve ser recebida e respondida pelo Poder Público. O agente público tem o dever de receber qualquer petição que lhe seja dirigida, independentemente do conteúdo ou da forma, sendo certo que a recusa de recebimento configura ilegalidade e pode sujeitar o agente público a sanções.

O Poder Público tem o dever de responder a todas as petições recebidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis e a falta de resposta no prazo legal configura silêncio administrativo.



O agente público que não receber ou responder a uma petição dentro do prazo legal pode ser responsabilizado civil, administrativa e criminalmente, podendo ser obrigado a indenizar o cidadão pelos danos causados pela falta de recebimento ou resposta à petição, além de ser punido com advertência, censura, suspensão, demissão ou aposentadoria compulsória.

Por fim, o agente público pode ser condenado por crime de prevaricação ou desobediência.

A resposta à petição deve ser publicada no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município. Essa medida garante a transparência dos atos da Administração Pública e facilita o controle social.

Destacadas as condições sob as quais o presente denúncia deve ser recebida e avaliada, requer à Vossa Senhoria, que se digne apreciar as razões aqui expostas a fim de adotar as medidas cabíveis para por fim às irregularidades aqui denunciadas.

Isto posto, passaremos à expor as irregularidades que devem ser sanadas, mediante a presente denúncia, vejamos:

DA IRREGULARIDADE NO PRESENTE PROCEDIMENTO DA DISPENSA ELETRÔNICA:

A requerente participou do processo licitatório em epigrafe, tendo se classificado em 3º lugar. Contudo no decorrer do procedimento, observamos que as informações fornecidas no Aviso de Contratação, não se alinharam com as informações constantes da plataforma onde ocorreu o cadastro da proposta inicial e a fase de lances.

As informações impugnadas referem-se a estimativa da contratação, as quais foram registradas em valor inferior ao que foi divulgado no Aviso de Contratação.

Considerando que os valores estimados, influenciam diretamente na composição do custo dos serviços, na elaboração das propostas, e, sobretudo, na decisão de participar ou não da dispensa, é fato que



a irregularidade trouxe prejuízos aos interessados, e nesse sentido, deve esta Administração reconhecer de ofício o equívoco e sanear-lo, sob pena de comprometer a lisura do procedimento.

De acordo com o Aviso de Contratação a estimativa da contratação, era de **R\$ 2.212,81 (dois mil, duzentos e doze reais e oitenta e um centavos)**, sendo considerado este, o valor unitário mensal para fornecimento de 14 pontos, como se observa da planilha do Aviso de Contratação, página 02.

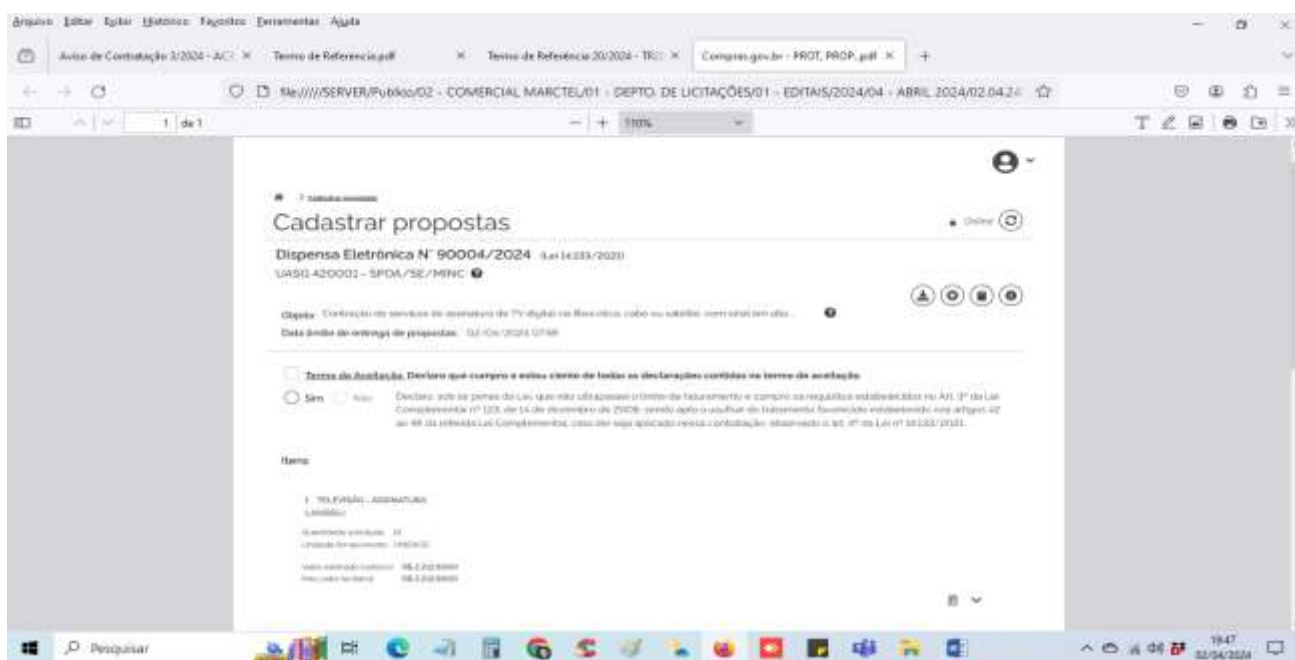
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
01	Contratação de TV por Assinatura Assinatura de Serviço de TV digital em HD com no mínimo os seguintes canais: 1 Canal aberto: TV Globo, SBT, Rede Record, Rede TV, TV Cultura, TV Pádua	16209	Unidade (pontos por ano)	14	R\$ 2.212,80	R\$ 30.979,20

De igual modo, na página 01 do Termo de Referência, encontramos o valor maior no total **de 2.581,60 (dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)**

ITEM	OBJETO	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO POR PONTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL (12 meses)
1	Contratação de TV por Assinatura	Assinatura de Serviço de TV digital em HD com no mínimo os seguintes canais: 1. Canais abertos: TV Globo, SBT, Rede Record, Rede TV, TV Cultura, TV Pádua	16209	UNIDADE	14	R\$ 184,40 (cento e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)	R\$ 2.581,60 (dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)	R\$ 30.979,20 (mil novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos)



Pois bem, finalmente, na tela da plataforma do portal Compras.Gov, a estimativa sugestionada era inferior à do Termo de Referência, prevalecendo com o valor de **R\$ 2.212,81 (dois mil, duzentos e doze reais e oitenta e um centavos)**, como se observa do print abaixo, referente ao protocolo da proposta inicial, vejamos:



Em destaque:

1 TELEVISÃO - ASSINATURA
<anexo>
Quantidade solicitada: 14
Unidade fornecimento: UNIDADE
Valor estimado (unitário): R\$ 2.212,8000
Meu valor (unitário): R\$ 2.212,8000

Com efeito, a divergência, apontada, passível de ser observada no exato momento de cadastro da proposta, impôs aos interessados do dever de redução, como fator surpresa.

É fato que a divergência de valores apontada coloca em dúvida a real disponibilidade de recursos para pagamento da contratação e impacta a decisão de participação de interessados, na medida em que para alguns, inicialmente com a informação no Termo de Referência, compõem seus custos e elaboram suas propostas, porém, no momento de



cadastro da proposta, acabam desistindo porque observam que a estimativa é menor e pode não atender seus custos contratuais.

Considerando que não há meios ágeis e eficazes de contato com a área de contratação, indicados por escrito no Aviso de Contratação para se obter o esclarecimento, a medida mais segura e eficaz é a desistência da proposta ou a redução antecipada.

Basta observar a quantidade de lances ofertados neste procedimento, nota-se que os lances foram extremamente singelos, pois não havia margem de redução, diante da confusão de informações quanto a estimativa de contratação.

Infelizmente, o Ministério da Cultura, ainda que sem intenção, induziu a erro os participantes e pode ter sim, dado causa a desistência de interesse de diversos fornecedores, por informar valores divergentes no Aviso de Contratação e no Termo de Referência.

Reforçamos mais uma vez, que o fato do Aviso de Contratação não apresentar meios de contato hábeis, como telefone, e-mail, endereço e nome de um responsável para contato e esclarecimentos, impediu que os interessados obtivessem respostas ou esclarecimentos em tempo hábil de formular suas propostas.

Infelizmente, no presente caso, dado ao fato da seção já ter ocorrido no dia 02/04/2024, a única maneira de sanar o erro, é o reconhecimento de ofício do Ministério da Cultura e revogação do presente pleito, determinando a expedição de uma novo Aviso de Contratação com as informações corretas e o agendamento de uma nova sessão, a fim de que todos os interessados possam tomar ciência dos prazos, dos valores e possam utilizar as informações com a confiança necessária para elaborar suas propostas e calcular seus custos.

Isto posto requer a Vossa Senhoria que determine a revogação do presente procedimento, sob pena de dar causa a nulidade do procedimento, caso ele persista com as irregularidades apontadas.



**DA IRREGULARIDADE NO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO DA EMPRESA PROTOGOV PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.
-ME.**

Como já fora mencionado anteriormente, em que pese as irregularidades editalícias já percorridas, a sessão de disputa de lances da referida Dispensa Eletrônica ocorreu, porque não houve divulgação dos canais de comunicação com área de compras a fim de reportar as questões já suscitadas.

Infelizmente as consequências jurídicas se estabeleceram, e a contratação está em vias de se perpetuar por procedimentos realizados, contrariando a legislação e a legalidade, por isso devem ser revistos com a devida urgência.

A empresa **PRONTOGOV PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - ME.**, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 23.090.165/0001-05, participou do referido certame, tendo se classificado em primeiro lugar com o lance de R\$ 1.990,00 (um mil novecentos e noventa reais).

Ato continuo o pregoeiro abriu prazo para juntada de anexos contendo a proposta comercial readequada ao lance final, bem como, os documentos de habilitação.

A empresa requerida junto sua proposta comercial e os documentos de habilitação, porém, não apresentou nenhum documento que comprovasse sua capacidade técnica para prestação dos serviços.

O pregoeiro recebeu os documentos, não pontuou a falta dos documentos de capacidade técnica e encaminhou para área técnica julgar.

Em 04.04.24 as 17:32, sobreveio a resposta do julgamento da área técnica, declarando a empresa habilitada, sem a devida comprovação.

Com a devida venia, é inadmissível a manutenção da referida decisão, contrariando todos os dispositivos editalícios,



por esta razão, considerando que não há fase recursal é que no valem da presente denuncia.

Com efeito o bom senso e o dever que a função impõem ao funcionário público de pautar seus procedimentos dentro da legalidade, o que implica obedecer a lei, e sobretudo, as que ele mesmo elegeu no presente procedimento.

Desta foma, faze-las valer para todos os participantes, impõem a Adminintração que a denuncia reveja de oficio o ato nulo aqui denunciado.

Como bem se observa, o Edital preve em seu item 07, que a empresa vencedora deverá comprovar sua habilitação mediante apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referencia.

7. Habilitação

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os a serem exigidos para fins de habilitação, **documentos nos termos dos arts. 62 a 70 da constam do Termo de Referência e** serão solicitados do fornecedor mais Lei nº 14.133, de 2021, bem classificado na fase de lances.

O Termo de Referência por sua vez traz em seu bojo o item 08 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO, sendo certo que nos artigos 8.26 à 8.31, traz a relação de documentos que serão usados para comprovar a capacidade técnica da melhor oferta.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

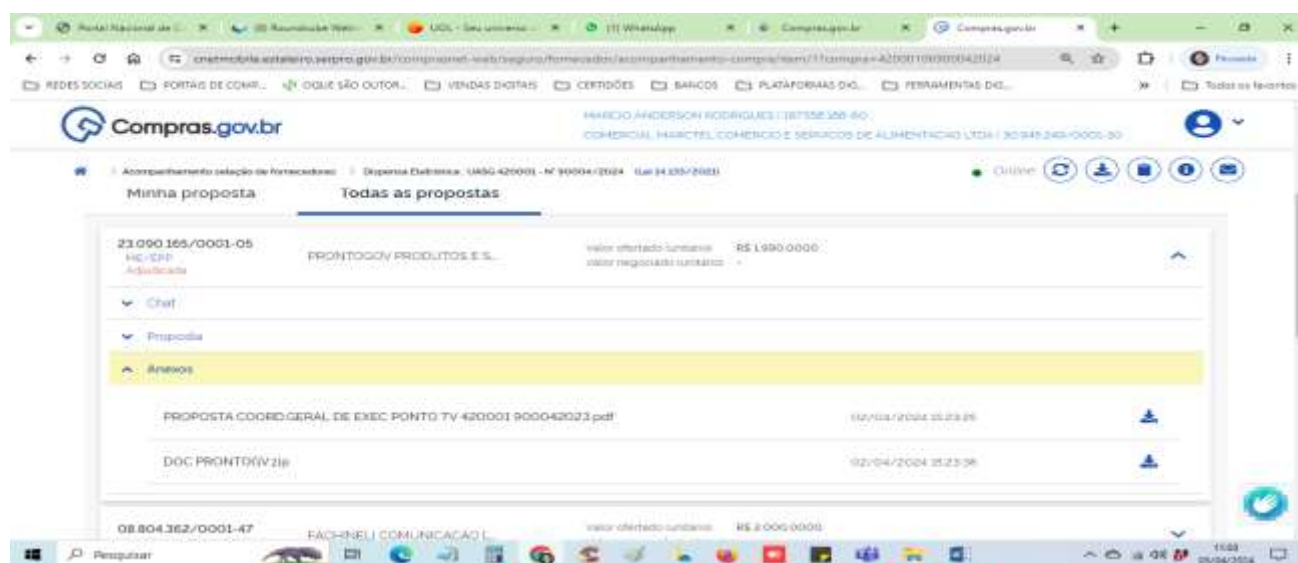
8.28 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

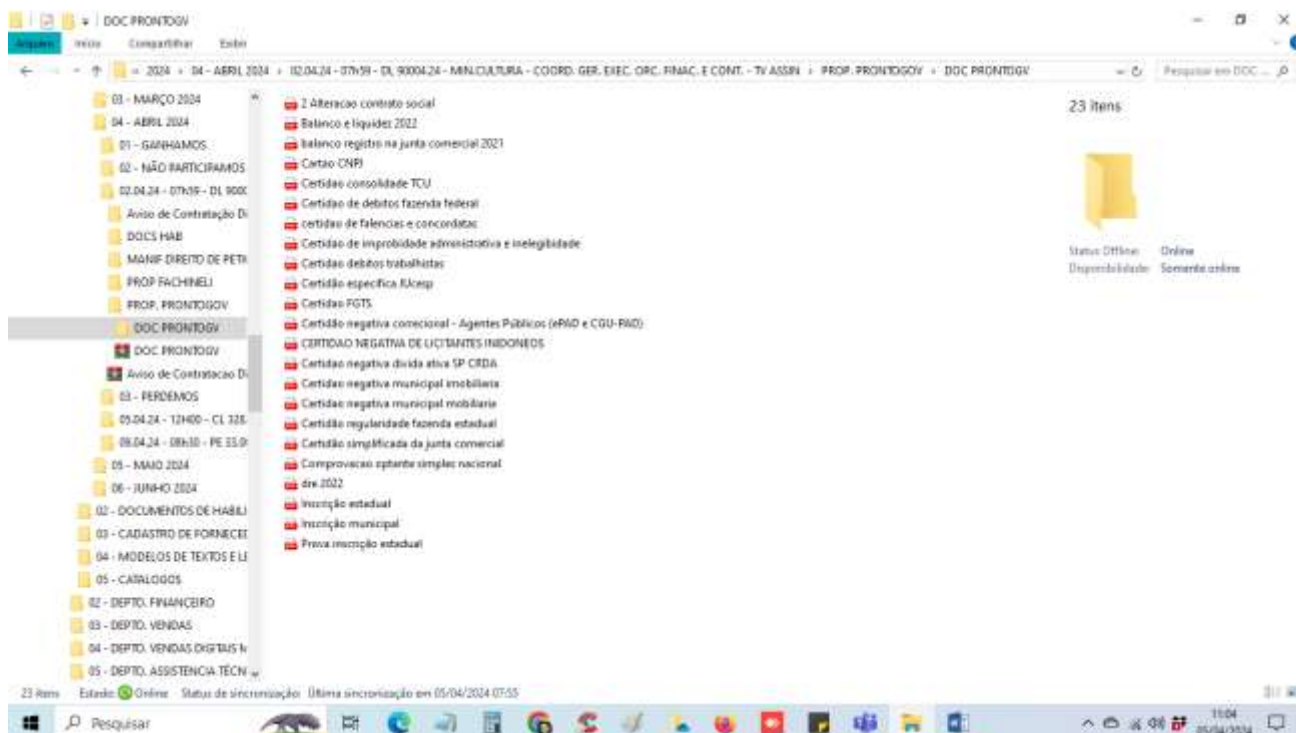
8.29. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

Pois bem, como se observa da lista de documentos juntados, observa-se que a empresa PRONTOGOV não juntou, ou anexou no momento oportuno nenhum documento que comprovasse sua capacidade técnica. Não apresentou atestado, não apresentou atestado de vistoria nem declaração de responsabilidade.





Ante a referida constatação, é inevitável questionar as bases em que se deram a decisão da equipe técnica que habilitou uma empresa, sem verificar um único atestado para comprovar sua capacidade técnica. Não há como creditar legalidade a essa decisão.

A equipe técnica na fase interna da licitação elege uma série de quesitos e documentos que irão comprovar a capacidade do licitante e serão relacionadas no edital. Não faz sentido que no momento do julgamento, se ignore todos os quesitos e habilite uma proposta sem comprovação técnica.

Considerando que o procedimento não comporta fase recursal, que os fatos aqui narrados foram levados a conhecimento da equipe de compras, mediante e-mail, telefonemas e mensagens de WhatsApp, ficando subentendido a pretensão de manutenção da decisão ora impugnada, não restou outra alternativa, senão o petiçãoamento da presente denúncia.

É de rigor o reconhecimento de ofício da nulidade aqui apontada, sob pena de responsabilização da equipe e do pregoeiro.



Outro ponto muito importante diz respeito a contratação de uma empresa sem licença para atuar no seguimento contratado.

Convém destacar que, para realização de atividades de Operadora de TV a Cabo, é necessário obter da ANATEL, licença especializada, do contrário, não estará a recorrida autorizada à executar esta espécie de serviço.

Vejamos o que a legislação da ANATEL determina, através da resolução 581/2012.

RESOLUÇÃO Nº 581/2012.

... Art. 2º A prestação do serviço é livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras com sede e administração no País, sendo regida pelas Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT), e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, pelo Regulamento de Serviços de Telecomunicações, pelo termo de autorização celebrado entre a Prestadora e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por este Regulamento e demais normas aplicáveis.

TÍTULO II - DAS CARACTERÍSTICAS DO SEAC - CAPÍTULO I - DO SERVIÇO

... Art. 4º O SeAC é o serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais de programação nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de Canais de Programação de Distribuição Obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer.

TÍTULO III - DAS AUTORIZAÇÕES - CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

... Art. 10. A prestação do SeAC depende de prévia autorização da Anatel, a ser expedida a título oneroso e por prazo indeterminado, nos termos estabelecidos em Ato específico.



Pois bem, para avaliar corretamente esta exigência editalícia, é primordial estabelecer a relação do objeto social da empresa com o objeto do pregão, não deixando de observar que nos casos em que esta atividade exija autorizações específicas de Agências Reguladoras, é obrigatória a prova do requisito especial previsto em lei, que no presente caso, é a outorga de Licença da Anatel.

Se a empresa presta serviço de TV a Cabo, tem que demonstrar ser possuidora da outorgada ANATEL, através da licença Seac, do contrário ela não estará apta a prestar o serviço. Ela esta proibida de prestar esta espécie de serviço.

É fato que a recorrida não apresentou a referida licença, deixando de comprovar o exercício da atividade relacionada ao objeto do edital porque não possui esta autorização.

Resta ainda observar outros dados nos documentos apresentados pelo licitante, os quais demonstram que ela não pode prestar os serviços objeto desta licitação.

Não há em seu CNPJ, nenhum código de CNAE relacionado à atividade do objeto deste pregão.

A única atividade relacionada diz respeito a prestação de serviços de SCM, que se trata de fornecimento de internet em um único prédio.

Cabe esclarecer aqui, que a Anatel, dispensa a Licença SCM, para quem fornece internet dentro de um único prédio, mas não se aplica à referida dispensa de licença, nos casos de fornecimento de tv por assinatura, pois nesse caso a empresa deve ter a licença (outorga) SEAC.

A tv por assinatura fornecida pela internet, não é recomendável para Órgãos Públicos, pois sujeita este a ação de hackers, quebra do sigilo de informações e sequestro de dados.

Resta cristalino o fato de que é ilegal a contratação de uma empresa prestadora de serviços de tv por assinatura, que não possua outorga SEAC da ANATEL.



Com esta exigência, busca a lei estabelecer a noção de pertinência entre o objeto licitado e o ramo de negócio dos licitantes, a evitar que empresas (aventureiras) de outro segmento, muitas vezes em regimes ou enquadramentos tributários incompatíveis com o objeto da licitação, participassem de forma indevida do certame.

Sendo assim, pressupõe-se que a empresa licitante é do segmento e ramo de atividade, pertinente (da mesma natureza) do objeto da licitação, e, que, a forma desta comprovação deve ser através do "objeto social", constante no Contrato Social, do CNPJ ou da inscrição Estadual/Municipal.

Nesse ponto é de extrema relevância observar que a PRONTOGOV, não apresentou a Licença da Anatel, porque não a possui.

Outro ponto importante diz respeito aos atestados e declarações que não foram anexados no momento oportuno, restando prescrito o prazo de entrega.

Por todo o exposto, resta comprovado que a empresa não demonstrou sua capacidade de executar os serviços do objeto, devendo ser desclassificada, de ofício, uma vez que resta claro que não cumpriu requisitos mínimos.

Vale destacar que a empresa que não possui licença da Anatel, para prestar os serviços SEAC, esta impedida legalmente e comete crime. De igual modo quem contrata, pois desobedece às normas da Agencia Reguladora - Anatel.

A Administração se sujeita a contratar empresa sem a devida habilitação para operar, analogicamente, corresponde a contratar motorista sem habilitação, medico sem CRM, advogado sem OAB., além de se indispor com a Agencia Nacional de Telecomunicações – ANATEL, sujeitando-se a futuras denúncias de investimento de recurso público em contratações ilegais irregulares.

Por todo o exposto requer o que segue:



1) Considerando que desde o início, as informações editalícias são conflitantes e deram causa a insegurança no cálculo do custo, interferindo diretamente na elaboração da proposta comercial e na decisão de participação de interessados no certame, requer que o presente procedimento seja revogado, devendo ser republicado, com as informações corretas a fim de permitir que todos os interessados possam participar fazendo ofertas sensatas do ponto de vista financeiro.

2) Na remota hipótese de que a presente Dispensa subsista as denúncias de irregularidades feitas inicialmente, requer seja declarada a desclassificação da empresa **PRONTOGOV PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA – ME.**, por desatendimento aos itens 8.26 a 8.31 do Termo de Referência, ao item 7 do Edital, e sobretudo, por não comprovar o exercício da atividade no seu objeto social, no seu CNPJ e não possuir a Licença SEAC, que permite o fornecimento de tv por assinatura.

Finalmente, na remota hipótese da presente denúncia não ter o seu mérito apreciado, seja a presente submetida a análise da autoridade superior competente, sob pena de representação junto aos órgãos corregedores.

Termos em que,
Pede Deferimento
São Paulo, 05 de abril de 2024

MARCIO ANDERSON RODRIGUES
OAB/SP 228.065.
Diretor
RG: nº 25.863.612-9 SSP/SP.
CPF/MF: nº 167.558.188-60